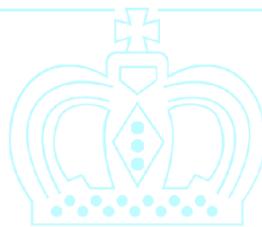
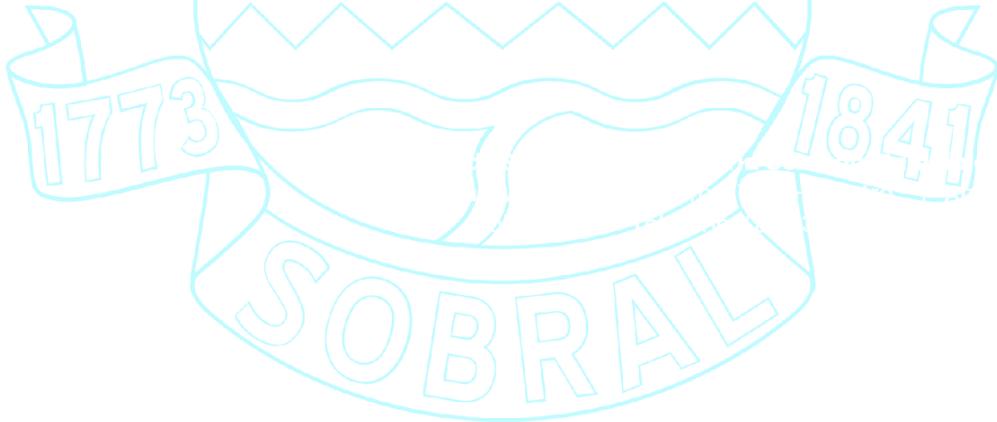




## Secretaria das Finanças - SEFIN



# Relatório de Gestão 2025



Sobral/CE, janeiro de 2026



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. A SEFIN .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.2. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>7</b>
<b>2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>2.4. ORGANOGRAMA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.5. PRINCIPAIS CLIENTES E USUÁRIOS .....</b>	<b>11</b>
<b>2.6. PRINCIPAIS INSTALAÇÕES E LOCALIDADES .....</b>	<b>11</b>
<b>3. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>11</b>
<b>4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1. CONTEXTO .....</b>	<b>12</b>
<b>4.2. OBJETIVOS E METAS DE 2025 .....</b>	<b>14</b>
<b>4.3. INICIATIVAS PLANEJADAS E REALIZADAS EM 2025 PELA SECRETARIA .....</b>	<b>15</b>
<b>4.3.1. ARRECADAÇÃO - FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, CADASTRO IMOBILIÁRIO E ATENDIMENTO .....</b>	<b>17</b>
<b>4.3.2. ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO- TRIBUTÁRIOS .....</b>	<b>20</b>
4.3.2.1. Monitoramento das Transferências Constitucionais: .....	20
4.3.2.2. Acompanhamento dos Indicadores de Gestão: .....	21
<b>4.3.3. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONTRIM.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3.4. JURÍDICO.....</b>	<b>23</b>
<b>4.3.5. ADMINISTRATIVO FINANCEIRA .....</b>	<b>24</b>
<b>4.4. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2026 .....</b>	<b>25</b>
<b>4.4.1. COORDENAÇÃO DE ARRECADAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>4.4.2. ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO- TRIBUTÁRIOS .....</b>	<b>28</b>



4.4.3.	CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....	28
4.4.4.	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO FINANCEIRA.....	29
4.4.5.	CONTABILIDADE.....	29
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS DA ATUAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>5.1.</b>	<b>ARRECADAÇÃO MUNICÍPIO.....</b>	<b>30</b>
5.1.1.	ARRECADAÇÃO .....	33
5.1.2.	ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO- TRIBUTÁRIOS .....	33
5.1.3.	ADMINISTRATIVO FINANCEIRA .....	34
5.1.3.1.	Orçamento autorizado, por fonte .....	34
5.1.3.2.	Despesas empenhadas, por natureza de despesa ...	35
5.1.3.3.	Demonstrativos do fluxo financeiro de projetos e programas financiados com recursos externos .....	39
5.1.3.4.	Convênios, ajustes, acordos, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres .....	39
5.1.3.5.	Licitações .....	40
5.1.3.6.	Demonstrativo das despesas.....	40
5.1.3.7.	Despesas de custeio.....	40
5.1.3.8.	Demonstrativo do patrimônio .....	41
5.1.3.9.	Bens imóveis .....	41
5.1.3.10.	Bens móveis (equipamentos e material permanente) 42	
5.1.3.11.	Frota .....	45
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura Organizacional.....	9
Tabela 2: Principais instalações e localidades.....	11
Tabela 3: Quantidade de pessoas, por tipo de natureza do cargo. ....	11
Tabela 4: Processos, Manifestações, Despachos.....	17
Tabela 5: Lançamentos de Tributos.....	18
Tabela 6: Atendimentos.....	18
Tabela 7: Cadastro Imobiliário.....	19
Tabela 8: Ordem de Serviços.....	19
Tabela 9: Resultados.....	23
Tabela 10: Ofícios, Pareceres, Contratos.....	24
Tabela 11: Comparativo da Receita Total.....	31
Tabela 12: Comparativo das Receitas Próprias. ....	33
Tabela 13: Comparativo das Receitas de Transferências.....	34
Tabela 14: Orçamento autorizado, por fonte de recurso.....	35
Tabela 15: Despesas empenhadas, por natureza de despesa.....	35
Tabela 16: Quantidades e valores de licitações, por modalidade.....	40
Tabela 17: Demonstrativo de despesas, por categoria.....	40
Tabela 18: Despesas de custeio, por categoria. ....	40
Tabela 19: Quantidade de bens imóveis, por situação.....	41
Tabela 20: Quantidade de bens móveis, por setor. ....	42

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organograma da SEFIN, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 3383, de 08 de abril de 2024. ....	10
--	----



## 1. APRESENTAÇÃO

O **Relatório de Gestão** tem por objetivo tornar transparentes as ações realizadas pela **Secretaria das Finanças do Município de Sobral** apresentando as informações sobre as ações planejadas e executadas, inclusive a programação e execução orçamentária, durante o **ano de 2025**.

A estrutura do relatório expressa informações que orientarão e apoiarão a gestão nos exercícios seguintes.

Este relatório está estruturado da seguinte forma:

- A sessão “2. A SEFIN”, apresenta a estrutura e a contextualização da criação do órgão, suas competências institucionais, estrutura organizacional e organograma;
- Na sessão “3. Recursos Humanos” são discriminados os quantitativos dos quadros de pessoal existentes no órgão;
- A sessão “4. Estratégias de Ação” aborda os aspectos estratégicos adotados pela Secretaria, bem como seu planejamento e ações adotadas pela unidade com o intuito de sanar e solucionar eventuais dificuldades, demonstrando os resultados de sua atuação.
- A sessão “5. Resultados da atuação”, apresenta a síntese da execução orçamentária e financeira, incluindo os demonstrativos do fluxo financeiro, os dados quantitativos e de transferências de convênios (federais, estaduais e municipais), possibilitando assim encontrar um parâmetro de valores para os exercícios futuros. Apresenta ainda um resumo sobre as licitações, sobre o controle do patrimônio e sobre a frota sob responsabilidade do órgão; e,



- A última sessão “6. Considerações da SEFIN”, apresenta a conclusão e propostas a serem implementadas na Secretaria, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do interesse público.

## 2. A SEFIN

### 2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

**A Secretaria das Finanças (SEFIN) estabeleceu um conjunto abrangente de metas para 2025**, alinhado ao Planejamento Estratégico, bem como aos respectivos planos e ações setoriais. As principais diretrizes concentram-se no aumento das receitas municipais, na modernização e desburocratização contínua dos processos administrativos, na atualização dos cadastros imobiliários e na capacitação permanente dos servidores.

Com foco na responsabilidade fiscal, **foi realizada uma análise detalhada da execução financeira e orçamentária**, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A avaliação contemplou, especialmente, os índices constitucionais referentes às áreas da saúde e da educação.

Além disso, **foram monitoradas as receitas oriundas dos repasses constitucionais e os principais indicadores que impactam a gestão municipal**, garantindo maior precisão no planejamento e suporte às decisões estratégicas.

Dessa forma, a SEFIN reafirma seu compromisso com a eficiência, a transparência e a responsabilidade fiscal, contribuindo para um desenvolvimento municipal equilibrado, sólido e sustentável.



## 2.2. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

De acordo com a Lei nº 1607, de 02 de fevereiro de 2017, com suas alterações, especialmente as previstas na Lei nº 2052, de 16 de fevereiro de 2021, compete à Secretaria Municipal das Finanças:

- I - coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades referentes à Política Fiscal do Município de Sobral;
- II - manter e administrar o cadastro econômico e imobiliário do Município;
- III - dirigir, orientar e coordenar as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e controle dos tributos e demais rendas do Erário municipal;
- IV - efetuar a guarda e a movimentação dos recursos financeiros e de outros valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal;
- V - coordenar e orientar a contabilidade do Município em todos os seus sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de resultados e de custos;
- VI - executar as atividades de classificação, registro e controle da dívida pública municipal, em todos os seus aspectos;
- VII - elaborar o balanço anual da administração municipal e as prestações de contas específicas de recursos financeiros repassados através de fundos especiais, convênios, contratos, acordos e outros mecanismos, quando exigidos;
- VIII - proporcionar apoio técnico e administrativo ao Contencioso Administrativo Tributário do Município;
- IX - acompanhar e colaborar com a elaboração e promover a gestão dos instrumentos de planejamento do Governo Municipal



(Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual);

X - acompanhar e colaborar com o processo de consulta à sociedade na formulação dos instrumentos de planejamento - PPA e LOA -, bem como apoiar a Secretaria do Planejamento e Gestão no monitoramento da execução das demandas incorporadas aos referidos instrumentos;

XI - coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas gerenciais sob sua responsabilidade, constantes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual do Município (LOA);

XII - atuar na gestão fiscal e de resultados do Município;

XIII - estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XIV - apoiar a formulação de indicadores para o sistema de Gestão por Resultados e o monitoramento dos programas estratégicos municipais;

XV - coordenar ações integradas, de sua área de competência, que envolvam órgãos e entidades componentes da Administração Municipal;

XVI - desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas.

### 2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com a Lei nº 1607, de 02 de fevereiro de 2017 com suas alterações, em especial as constantes na Lei nº 2052 de 16 de fevereiro de 2021 e o Decreto nº 3687 de 02 de maio de 2025, a estrutura organizacional da Secretaria Municipal das Finanças é constituída da seguinte forma:



Tabela 1: Estrutura Organizacional.

ESTRUTURA	CARGO	QTDE
1. GABINETE	Secretária	01
	Secretário	01
2. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	Gerente	01
3. TESOURARIA	Tesoureiro	01
3.1. Célula de Contas a Pagar	Gerente	01
	Assistente Técnico	02
3.2. Célula de Gestão de Processos	Gerente	01
	Assistente Técnico	01
4. CONTABILIDADE		
4.1. Célula de Execução Contábil	Gerente	01
4.1.1. Núcleo de Análise de Empenhos	Assistente Técnico	02
4.1.2. Arquivo Geral da Contabilidade	Assistente Técnico	01
4.2. Célula de Análise Contábil	Gerente	01
	Assistente Técnico	01
5. COORDENADORIA JURÍDICA	Coordenador	01
5.1 Célula de Acompanhamento de Processos	Gerente	01
6. COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO	Coordenador	01
6.1. Célula de Fiscalização	Gerente	01
	Assistente Técnico	01
6.2. Célula de Cadastro Imobiliário	Gerente	01
	Assistente Técnico	03
	Assistente Técnico	02
6.3. Célula de Relacionamento com o Cidadão	Gerente	01
7. COORDENADORIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA	Coordenador	01
7.1 Célula de Acompanhamento de Contratos e Execução Financeira	Gerente	01
8. COORDENADORIA DE ANÁLISE AVANÇADA DE DADOS	Coordenador	01
8.1 Célula de Inteligência de Dados	Gerente	01
8.2 Assessoria de Análise de Dados Econômico-Tributários	Assistente Técnico	01
	Assistente Técnico	01

Fonte: Decreto nº 3687, de 02 de maio de 2025 com suas alterações.



## 2.4. ORGANOGRAMA

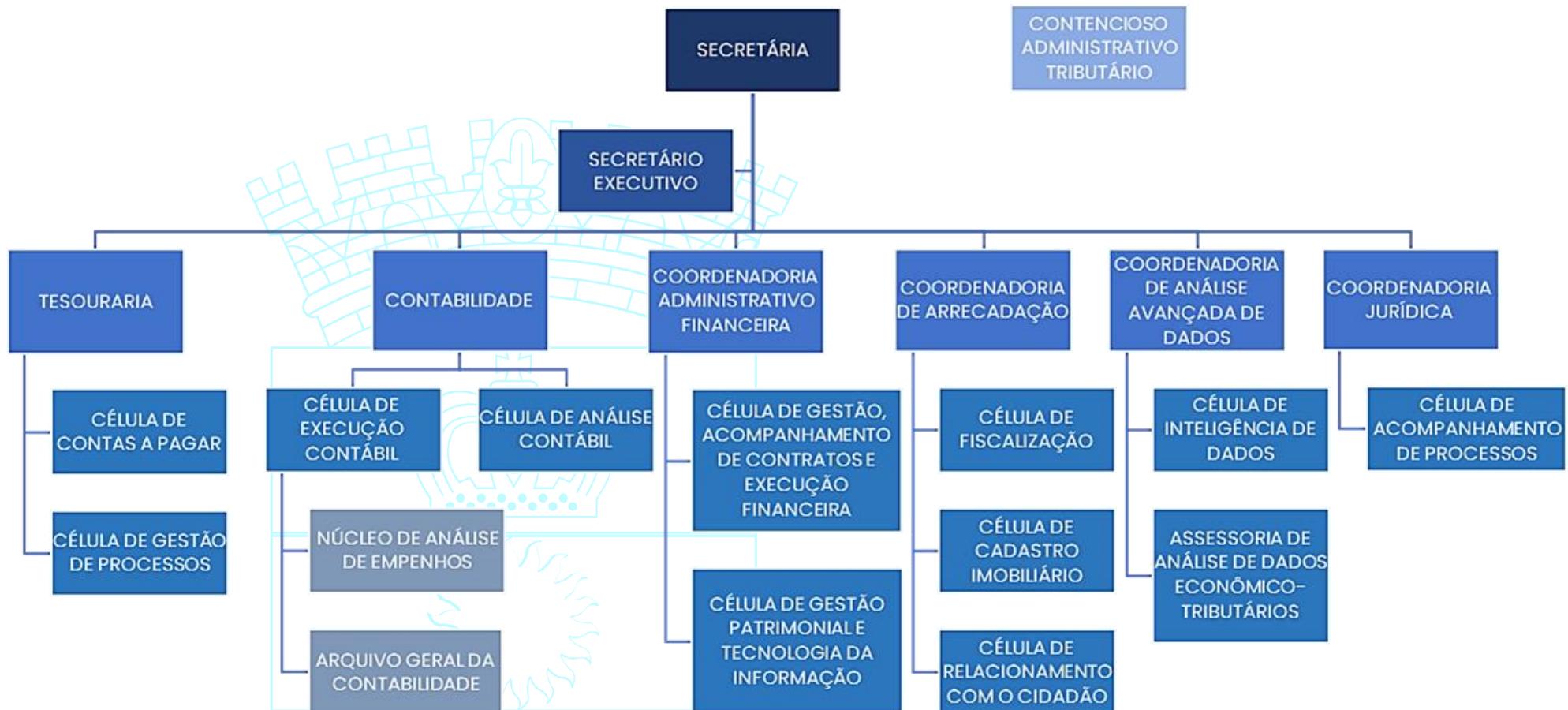


Figura 1: Organograma da SEFIN, de acordo com o Decreto nº 3687, de 02 de maio de 2025.



## 2.5. PRINCIPAIS CLIENTES E USUÁRIOS

A Secretaria das Finanças (SEFIN) atende tanto ao público interno quanto ao público externo. Os **clientes internos** são formados pelos servidores e pelos órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Sobral, que utilizam os serviços contábeis, financeiros e orçamentários para a execução de seus planejamentos e a realização de suas atividades administrativas.

Já os **clientes externos** compreendem os contribuintes e a população em geral, que recorrem à SEFIN para acesso a informações, serviços fiscais e demais demandas relacionadas à gestão financeira do município.

## 2.6. PRINCIPAIS INSTALAÇÕES E LOCALIDADES

Tabela 2: Principais instalações e localidades.

UNIDADE	ENDEREÇO
Coordenadoria de Arrecadação	Rua Viriato de Medeiros, 1250, Centro, Sobral - CE, 62011-065 – 4º andar.
Espaço do Contribuinte	Sobral Shopping – Av. Monsenhor Aloísio Pinto, 300, Dom Expedito, Lojas nº 84 e 85, Sobral – CE, 62050-255
Sede da Secretaria Municipal das Finanças	Rua Viriato de Medeiros, 1250, Centro, Sobral – CE, 62011-065 – 4º andar.

Fonte: Coordenadoria Administrativa-Financeira/SEFIN, atualizado em 02 de dezembro de 2025

## 3. RECURSOS HUMANOS

A SEFIN finalizou o ano de 2025 com o seguinte quadro de pessoal:

Tabela 3: Quantidade de pessoas, por tipo de natureza do cargo.

NATUREZA	Nº VAGAS OCUPADAS
Efetivo (exceto os cedidos)	14
Cedido sem ônus para a origem	0
Cedido com ônus para a origem	0
Cedido com ônus e resarcimento para a origem	4
ACS cedidos para este município	0



NATUREZA	Nº VAGAS OCUPADAS
Efetivo/comissionado	10
Comissionado	19
Temporário	0
Agente político	0
Pensionista	0
Inativo	0
Bolsista	0
Estagiário	0
Terceirizados	0
Servidores não ativos, mas ocupantes de cargos:	0
Licença gestante	0
Afastamento doença acima de 15 dias	0
Afastamento sem remuneração	1
30 faltas	0
Licença gestante estendida	0
Licença para estudos	0
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos/SEPLAG, atualizado em 03 de dezembro de 2025

## 4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

### 4.1. CONTEXTO

A Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), em 2025, iniciou a nova gestão inteirando-se dos projetos, planos e atividades que estavam em andamento, bem como promovendo inovações com diretrizes e resultados alinhados à política de uma tributação mais justa, solidária e próxima do cliente-cidadão.



Nesse contexto, foram desenvolvidas estratégias de trabalho pelas coordenadorias vinculadas a esta Pasta, com o objetivo de aprimorar a gestão das finanças e dos recursos públicos.

As ações estratégicas foram planejadas considerando a LOA e o PPA, entre outros aspectos, a Reforma Tributária, o Refis/2025, a alteração do Código Tributário Municipal, a integração no Ambiente Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, o acompanhamento dos repasses federais e estaduais, bem como o monitoramento contínuo dos indicadores de gestão.

Como resultado dos trabalhos realizados, as receitas totais até novembro/2025, alcançaram o montante de R\$ 1.286.472.448,48 (um bilhão, duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), representando um aumento de 0,27% em relação ao mesmo período do ano anterior, que registrou R\$ 1.282.947.462,06 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e seis centavos).

Ademais, o montante arrecadado até novembro de 2025 corresponde a 90,50% do valor previsto na Lei Orçamentária Anual/2025, cujo orçamento aprovado foi de R\$ 1.421.474.947,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais).

Destacam-se os valores arrecadados até novembro de 2025 referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), no montante de R\$ 48.430.301,17 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e um reais e dezessete centavos), e ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), no valor de R\$ 43.426.123,07 (quarenta e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e vinte e três reais e sete centavos).



Esses montantes representam o cumprimento da meta prevista na LOA/2025, correspondendo a 117,66% do previsto para o ISSQN e a 107,44% do IPTU, cujos valores estimados eram de R\$ 41.162.095,00 (quarenta e um milhões, cento e sessenta e dois mil, noventa e cinco reais) e R\$ 40.420.372,00 (quarenta milhões, quatrocentos e vinte mil, trezentos e setenta e dois reais), respectivamente.

No âmbito do Refis/2025, foram firmados 2.677 acordos, totalizando um volume de aproximadamente R\$ 13.968.034,52 (treze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Esse resultado representa um crescimento de 73,72% no número de acordos e de 119,78% em termos de valores negociados, em comparação ao Refis anterior, quando foram celebrados 1.541 acordos, totalizando o montante de R\$ 6.355.320,48 (seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).

Os esforços empreendidos refletiram-se, ainda, na conquista do Primeiro Lugar em nível estadual - Prêmio Band Cidades Excelentes 2025, no Índice de Gestão Municipal Áquila (IGMA), no Pilar Governança, Eficiência Fiscal e Transparência, na Saúde e Bem-Estar e na Educação.

#### 4.2. OBJETIVOS E METAS DE 2025

Em 2025, alinhada à sua missão de captar e gerir recursos para assegurar ao Município as receitas necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população, a SEFIN deu continuidade à execução do Planejamento Estratégico e à implementação de novos projetos.

As metas e objetivos estabelecidos para o ano contemplaram iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão, à otimização dos fluxos de trabalho e ao fortalecimento do atendimento aos contribuintes, além de ações direcionadas ao incremento das receitas próprias municipais.



A Secretaria Municipal de Finanças aprimorou sua administração tributária por meio de ações estratégicas de capacitação e cooperação institucional. Foram promovidos treinamentos internos, participação em cursos e seminários ofertados por instituições federais e estaduais, além do estabelecimento de parcerias com entidades que contribuíram para o fortalecimento das práticas tributárias no âmbito municipal. Essas iniciativas fortaleceram a qualificação técnica da equipe e elevaram o padrão de eficiência na gestão das receitas públicas, refletindo-se em premiações que destacaram a administração municipal nos cenários estadual e nacional.

Adicionalmente, a Secretaria manteve o monitoramento contínuo das receitas oriundas dos repasses constitucionais, bem como dos indicadores que impactam diretamente a gestão fiscal do Município.

Por fim, foram também definidas medidas destinadas a assegurar a conformidade com as normas que regulamentam a aplicação dos recursos públicos, garantindo o cumprimento dos índices constitucionais nas áreas de saúde e educação, bem como o fortalecimento do bom relacionamento institucional com as demais secretarias.

#### **4.3. INICIATIVAS PLANEJADAS E REALIZADAS EM 2025 PELA SECRETARIA**

O plano das atividades da Secretaria das Finanças está apresentado com base nas entregas consolidadas ao longo de 2025, ano marcado por avanços significativos na modernização da gestão fiscal e administrativa do Município.

Essas entregas fortaleceram a capacidade institucional da Secretaria e servem de base para a definição das diretrizes e prioridades que orientarão o trabalho em 2026.



Alinhado ao Planejamento Estratégico e às necessidades das coordenações, o novo ciclo de planejamento reforça o compromisso com a responsabilidade fiscal, a otimização dos recursos públicos, a qualificação contínua dos servidores e a ampliação dos mecanismos de controle e governança.

Entre os principais resultados alcançados, destacamos, com orgulho, a conquista do Primeiro Lugar em nível estadual no Prêmio Band Cidades Excelentes 2025, no Índice de Gestão Municipal Áquila (IGMA), com reconhecimento nos pilares de Governança, Eficiência Fiscal e Transparéncia, além das áreas de Saúde e Bem-Estar e Educação. Esses avanços refletem o trabalho comprometido de cada servidor e a construção diária de uma gestão mais responsável e transparente.

Somam-se a isso os progressos obtidos com o Projeto de Monitoramento das Finanças Municipais e com a melhoria contínua dos processos internos, que tornaram a rotina administrativa mais eficiente, segura e alinhada à legalidade. Destacam-se, ainda, as ações de mobilização voltadas à aproximação do contribuinte com a Administração Pública, por meio de encontros com contadores, corretores e com a população em geral, fortalecendo o diálogo, a confiança e o senso de corresponsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Com o propósito de avançar na consolidação da SEFIN como referência na administração das finanças públicas municipais, orientada por resultados, eficiência operacional e rigor na responsabilidade fiscal, foi estruturado um plano de trabalho integrado às diretrizes, indicadores e iniciativas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Secretaria.

A execução das ações previstas ocorre de forma sistemática e contínua, permitindo o acompanhamento dos resultados alcançados e o aperfeiçoamento dos processos internos. No âmbito da Fiscalização Tributária, destacam-se as seguintes frentes de atuação:



#### 4.3.1. ARRECADAÇÃO – FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, CADASTRO IMOBILIÁRIO E ATENDIMENTO

- Organização, controle e tramitação de processos administrativos, tanto em meio digital quanto físico, assegurando maior agilidade e rastreabilidade;
- Apoio ao atendimento ao contribuinte, por meio do plantão fiscal, priorizando canais virtuais;
- Acompanhamento periódico da evolução da arrecadação própria, com identificação de oportunidades de melhoria;
- Avaliação regular dos pedidos de opção pelo Simples Nacional apresentados por empresas em início de atividade, realizada nos dias 05, 15 e 25 de cada mês, com o objetivo de impedir o ingresso de contribuintes que possuam pendências junto à Administração Municipal;
- Desenvolvimento de ações fiscais direcionadas a determinados segmentos, voltadas à verificação da regularidade cadastral e ao cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias relacionadas aos tributos;
- Exame técnico e decisão de processos administrativos fiscais, incluindo lançamentos tributários e demais demandas relacionadas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4: Processos, Manifestações, Despachos.

ASSUNTOS	QUANTIDADE
Processos Administrativos	420
Parecer Fiscal	144
Processos de Habite-se	501
Manifestação Fiscal	386
Processos / Simples Nacional	4
Despacho de Arquivamento	54
Notificação de Lançamento	329



ASSUNTOS	QUANTIDADE
Despacho Decisório	278
Processos de ITBI	1549

Fonte: Célula de Fiscalização Tributária, atualizado em 31 de dezembro de 2025

Tabela 5: Lançamentos de Tributos.

<b>LANÇAMENTOS REALIZADOS PELA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (R\$)</b>	
ISSQN da Construção Civil	2.195.778,54
Taxa de Habite-se	559.641,25
ITBI	4.833.284,07

Fonte: Célula de Fiscalização Tributária, atualizado em 31 de dezembro de 2025

Tabela 6: Atendimentos.

ATENDIMENTO PRESENCIAL - 2025	QUANTIDADE
Espaço do Contribuinte	13.500
Atendimento Online	13.104
VAPT VUPT	5.650

Fonte: Célula de Atendimento, atualizado em 31 de dezembro de 2025

No exercício de 2025, foram recebidos, por meio do Sistema Proadi, 1.058 (mil e cinquenta e oito) processos administrativos e 460 (quatrocentas e sessenta e uma) Ordens de Serviço, estas decorrentes, em sua maioria, das atualizações de habite-se realizadas via Agendasol.

A Célula do Cadastro Imobiliário, no período analisado, deu continuidade às ações de alteração de titularidade para fins de lançamento do IPTU, com fundamento na Portaria nº 06/2021 – SEFIN, tendo sido realizadas 460 (quatrocentas e sessenta) alterações de titularidade.

Destacam-se, ainda, as seguintes atividades desenvolvidas:

- Otimização de fluxos internos e atendimento às demandas oriundas de outros setores e secretarias, por meio do Sistema PROADI;



- Prestação de suporte ao atendimento ao contribuinte, prioritariamente de forma virtual, com atendimento presencial no espaço do contribuinte ou no Vapt Vupt;
- Atualização do banco de dados cadastral, utilizando o QGIS e o sistema SpeedGov, em todas as demandas processadas;
- Aplicação da correção monetária da Planta Genérica de Valores (PGV) no percentual de 6,34%, com base no Índice Nacional de Custos com a Construção Civil (INCC);
- Simplificação dos procedimentos e maior celeridade na análise e conclusão dos processos administrativos e ordens de serviço executados pelo Cadastro Imobiliário, conforme quadro abaixo:

Tabela 7: Cadastro Imobiliário.

ASSUNTOS	QUANTIDADE
Alteração de Titularidade	460
Desmembramento e Unificação de Imóveis	112
ASSUNTOS	QUANTIDADE
Cadastramento de Imóvel	95
Revisão de Medidas	71
Verificação de Controle	45
Verificação de Duplicidade	34
Não Incidência de IPTU	18
Alteração de Atributos	14
Outros	107

Fonte: Célula do Cadastro Imobiliário, atualizado em 31 de dezembro de 2025

Tabela 8: Ordem de Serviços.

ORDEM DE SERVIÇOS	QUANTIDADE
Atualização de Habite-se	434
Outros	26

Fonte: Célula do Cadastro Imobiliário, atualizado em 31 de dezembro de 2025



#### 4.3.2. ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS

##### 4.3.2.1. *Monitoramento das Transferências Constitucionais:*

A Secretaria de Finanças (SEFIN), por meio da Célula de Assessoria de Análise Avançada de Dados (conferir se mudou de nome) realizou o monitoramento das transferências constitucionais destinadas aos municípios, oriundas de recursos federais e estaduais, bem como das receitas próprias e indicadores que servem de base para os referidos repasses.

O acompanhamento contínuo dessas receitas e indicadores proporcionou maior previsibilidade orçamentária, contribuindo para a elaboração de orçamentos mais realistas e sustentáveis. Além disso, fortalece o planejamento financeiro, a alocação eficiente dos recursos públicos e o controle da execução fiscal.

As principais transferências e índices monitorados foram:

- Índice de Participação dos Municípios (IPM), composto pelos índices de Valor Adicionado Fiscal (VAF), Qualidade da Educação, Qualidade da Saúde e Qualidade do Meio Ambiente;
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Royalties da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM);
- Imposto Territorial Rural (ITR);
- Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA);
- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Índice de Participação dos Municípios (IPM) que serve de base para o repasse da Cota-Parte do ICMS ao Município de Sobral, foi fixado em



2,3513902 para o exercício de 2026. Esse índice é formado pelo somatório dos seguintes indicadores: 2,1703955 referentes ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), 0,1073155 à Educação, 0,0621691 à Saúde e 0,0115101 ao Meio Ambiente.

Com a finalidade de elevar esses índices, a SEFIN realizou diversas ações, dentre as quais se destacam: notificações às empresas para retificação dos SPEDs Fiscais após a identificação de inconsistências e omissões; cruzamento de dados dos SPEDs com os Conhecimentos de Transporte Eletrônicos (CT-e); impugnações administrativas junto à SEFAZ-CE relativas a divergências de valores nos montantes do VAF; além da realização de reuniões com secretarias e órgãos envolvidos nos indicadores que compõem o IPM, entre outras medidas.

Com isso, o índice VAF aumentou de 2,1537620 para 2,1703955, correspondendo a uma variação positiva de 1,19% em relação ao ano anterior.

Esse desempenho evidencia o trabalho constante da Secretaria no monitoramento criterioso das informações enviadas pelos contribuintes por meio dos documentos fiscais eletrônicos, Sped Fiscal e cruzamento de dados, com o objetivo de fortalecer a arrecadação.

#### *4.3.2.2. Acompanhamento dos Indicadores de Gestão:*

Os indicadores de gestão representam informações quantitativas ou qualitativas sobre o funcionamento de uma organização. Eles permitem acompanhar e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados.

Os índices de desempenho de gestão acompanhados foram:

- Índice de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sinconfi (ICF);
- Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM;
- Índice de Gestão Municipal Áquila – IGMA;



- Capacidade de Pagamento – CAPAG.

Na execução dos trabalhos feitos pela célula de Assessoria de Análise de Dados Econômico-Tributários contemplaram:

- Elaboração de estimativas iniciais dos indicadores, com apoio do sistema desenvolvido pela unidade;
- Acompanhamento dos critérios de avaliação, bem como dos resultados parciais divulgados;
- Elaboração e encaminhamento de questionamentos aos órgãos responsáveis pela apuração e divulgação das informações;
- Participação em reuniões e acompanhamento técnico junto às secretarias responsáveis pelos dados.

#### 4.3.3. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONTRIM

O CONTRIM é um órgão integrante da Secretaria das Finanças, com a missão principal de promover a justiça fiscal, atuando como instância administrativa para julgamento de recursos e impugnações tributárias, garantindo aos contribuintes o pleno exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório, evitando assim os processos judiciais.

Com a vigência do Decreto nº 3.381, de 5 de abril de 2024, o Conselho Administrativo de Recursos Tributários (CART) passou a se reunir com datas pré-definidas e com sessões quinzenais.

Durante o ano de 2025, foram publicados outros decretos que trataram da composição do Contencioso, quais sejam: Decreto nº 3.657 de 25 de fevereiro de 2025, Decreto nº 3.688 de 07 de Abril de 2025 e, por fim, Decreto nº 3.747 de 10 de outubro de 2025.

O CONTRIM é dividido em primeira e segunda instâncias, tendo fluxos específicos para cada uma delas. A 1ª Instância foi composta por um julgador, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais. Já a 2ª Instância foi composta pelo presidente, vice-



presidente, secretária e 06 (seis) conselheiros, sendo 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal e 03 (três) representantes da sociedade civil. Os representantes da sociedade atualmente são OAB, CRC e CDL, além da presença de um representante da Procuradoria-Geral do Município.

Durante o ano de 2025, o órgão apresentou estes resultados:

Tabela 9: Resultados.

ASSUNTOS	QUANTIDADE
Ofícios	139
Processos Novos (2025)	52
Processos em Análise	187
Julgamentos Totais	76
Sessões Ordinárias	21
Sessões Extraordinárias	3
Resoluções	16

Fonte: Contencioso Administrativo Tributário, atualizado em 05 de janeiro de 2025

#### 4.3.4. JURÍDICO

Assessorou o Gabinete da Secretaria, bem como às demais coordenadorias do órgão, atuou na análise de processos administrativos e judiciais, elaborou instruções normativas e portarias, sugeriu minutias de decretos e projetos de lei, e promoveu publicações no diário oficial do município de Sobral.

Realizou análises de processos judiciais para manifestações, além de analisar Processos Administrativos de Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV), e acompanhou processos relacionados a precatórios, ordens de bloqueio, desbloqueio e transferências de valores em ações judiciais, além da elaboração de contratos e aditivos, entre diversas outras atividades.

Durante o exercício de 2025, a Coordenadoria Jurídica elaborou:



Tabela 10: Ofícios, Pareceres, Contratos.

ASSUNTOS	QUANTIDADE
Ofícios	14
Memorandos	27
Pareceres	56
Contratos	18
Aditivos	13
Instruções Normativas	2
Sugestões de Decretos	7
Portarias	24

Fonte: Coordenadoria Jurídica, atualizado em 05 de janeiro de 2026

#### 4.3.5. ADMINISTRATIVO FINANCEIRA

A Coordenação Administrativa Financeira exerceu função estratégica no suporte à gestão e ao pleno funcionamento da Secretaria, atuando de forma integrada no assessoramento aos departamentos internos e na articulação dos processos administrativos, orçamentários, financeiros, patrimoniais e tecnológicos. Suas atividades foram essenciais para assegurar a regularidade dos procedimentos, a observância da legislação aplicável e a eficiência na utilização dos recursos públicos, contribuindo para a consolidação de uma gestão orientada por princípios de planejamento, controle e resultados.

Nesse contexto, apresentam-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas no exercício de 2025, estruturadas por eixos de atuação, que evidenciam o papel da Coordenação no fortalecimento da governança administrativa e na qualificação dos processos internos da SEFIN, tendo como principais ações desenvolvidas:

- Desenvolveu e acompanhou a equipe responsável pela elaboração, execução e monitoramento do Plano de Aquisições,



assegurando aderência às demandas institucionais, à programação orçamentária e à legislação vigente;

- Geriu os processos orçamentários, financeiros e contratuais da pasta, incluindo acompanhamento de empenhos, liquidações, pagamentos e execução de contratos administrativos, garantindo conformidade legal, rastreabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Atualizou o controle e consolidou o inventário de bens permanentes e de consumo, com registro, monitoramento e regularização do patrimônio sob responsabilidade da SEFIN, em conformidade com as normas de controle patrimonial;
- Implementou intervenções na infraestrutura física e administrativa, voltadas à melhoria das condições de trabalho, à racionalização de espaços e ao suporte às atividades finalísticas da Secretaria;
- Realizou a administração, manutenção e atualização dos ativos tecnológicos da SEFIN, abrangendo equipamentos, sistemas e infraestrutura de TI, com foco na disponibilidade, segurança da informação, continuidade operacional e suporte aos processos internos e externos.

#### 4.4. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2026

As atividades para o exercício de 2026 da Secretaria das Finanças representa um passo estratégico para o fortalecimento da gestão fiscal e administrativa do Município. Alinhado às diretrizes da Administração e às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da SEFIN, este documento consolida as principais ações previstas pelas coordenações, orientando esforços para a modernização dos processos, o aprimoramento dos controles internos, a elevação da



eficiência operacional, jurídica e tributária municipal, bem como a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Mais do que um conjunto de iniciativas, o planejamento de 2026 reflete o compromisso da SEFIN com a responsabilidade fiscal, a inovação na gestão pública e a construção de um ambiente institucional cada vez mais integrado, transparente e orientado a resultados. Cada coordenação contribuirá de forma articulada para assegurar que a Secretaria das Finanças avance na captação, gestão e aplicação eficiente dos recursos públicos, apoiando as políticas municipais voltadas ao desenvolvimento e ao bem-estar da população.

Assim, apresentamos as metas que irão nortear o trabalho desta Pasta ao longo de 2026, consolidando uma trajetória de melhoria contínua e de entrega de resultados cada vez mais sólidos para o Município.

#### 4.4.1. COORDENAÇÃO DE ARRECADAÇÃO

- Implementar o Programa Municipal de Educação Fiscal, voltado à conscientização dos contribuintes acerca da importância social dos tributos e ao fortalecimento da cidadania fiscal;
- Instituir o Setor de Cobrança Administrativa, com vistas à melhoria da recuperação de créditos tributários e à redução da inadimplência;
- Implementar o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), como instrumento de modernização da comunicação entre o Fisco e os contribuintes;
- Adequar medidas para a reforma tributária, incluindo o aprimoramento da gestão tributária com atualização de cadastros e modernização tecnológica; preparação para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com análise de impacto e participação em comitês e seminários federais e estaduais;



- Integrar ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER), com o objetivo de aprimorar a base de dados patrimoniais e territoriais;
- Criar uma equipe técnica para realizar a atualização permanente do cadastro imobiliário, bem como firmar convênios com instituições para a troca de informações imobiliárias, a exemplo do Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);
- Atualizar os cadastros dos contribuintes e aprimorar os sistemas de monitoramento fiscal, de modo a garantir maior eficiência, controle e transparência na administração tributária municipal;
- Acompanhar a transição do ISS para o IBS, garantindo estabilidade na arrecadação;
- Concluir a parametrização do Sistema Tributário Municipal com o Sistema Nacional de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) com vistas às mudanças trazidas pela reforma tributária;
- Fortalecer o acompanhamento das transferências constitucionais a fim de evitar perdas de receita;
- Participar ativamente das reuniões e deliberações do Comitê Gestor e da Secretaria Executiva da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Nacional em face da designação de Auditores Fiscais do Município de Sobral para compor o referido Comitê e a Secretaria Executiva;
- Realizar plano de fiscalização na área da construção civil, com vistas a arrecadação de todos os tributos inerentes a obras que não foram apresentadas para fins de regularização espontânea;
- Realizar seminário técnico, a fim dar orientações para as Coordenadorias Administrativas e Financeiras de todas as secretarias municipais sobre o recebimento de nota fiscal e a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)



dos serviços tomados e sobre a retenção ampla do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF;

- Editar norma para a regulamentação da administração tributária através de decreto do Executivo Municipal;
- Promover a participação de servidores em cursos, palestras e treinamentos que venham a ser disponibilizados pela CNM, Receita Federal, Sefaz, Abrasf, entre outras;
- Aplicar os instrumentos de mensuração e avaliação das atividades de atendimento ao contribuinte e ao público interno nas diversas áreas da SEFIN.

#### **4.4.2. ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS**

- Realizar o cálculo do Índice de Participação dos Municípios – IPM e confrontar com a publicação oficial;
- Monitorar os indicadores de Gestão Municipal e do Planejamento Estratégico;
- Intensificar reuniões gerenciais destinadas a subsidiar o gabinete no processo de tomada de decisão;
- Promover o aprimoramento contínuo dos Índices de Gestão Municipal, com ênfase no ICF – Siconfi e no IEGM-TCE/CE;
- Assessorar o gabinete acerca dos índices que compõem a Capacidade de Pagamento – Capag.

#### **4.4.3. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

- Acompanhar a tramitação dos processos no CONTRIM, com a elaboração de planilhas para identificar o andamento dos processos;
- Realizar análises de processos para a edição de súmulas, quando aplicável.



#### 4.4.4.COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO FINANCEIRA

- Realizar o inventário geral dos bens do imobilizado, assegurando a atualização, rastreabilidade e precisão das informações patrimoniais. Reestruturar o inventário de bens de consumo, com foco na padronização dos registros, melhoria dos controles e maior eficiência na distribuição de materiais;
- Gerenciar o Plano de Contratação Anual (PCA) 2026, alinhado às demandas administrativas e às diretrizes estratégicas da SEFIN. Aperfeiçoar os fluxos de compras visando maior economicidade, transparência e celeridade nos procedimentos;
- Adequar o layout das instalações internas da Sede da SEFIN, priorizando ergonomia, organização dos setores, melhoria do fluxo de atendimento e otimização dos espaços;
- Revisar e mapear o parque de equipamentos de informática, identificando necessidades de atualização, manutenção ou ampliação, de forma a garantir maior desempenho e suporte às atividades das coordenações;
- Analisar e revisar os contratos vigentes e novos contratos firmados, assegurando conformidade legal, eficiência na execução, equilíbrio econômico e alinhamento às necessidades da Secretaria.

#### 4.4.5.CONTABILIDADE

- Realizar a conciliação bancária de forma automatizada;
- Coordenar a execução contábil, orçamentária e financeira de forma sistematizada do orçamento e das movimentações financeiras;



- Gerenciar os processos contábeis da Administração Municipal e padronizar a integração das informações e fortalecimento da governança fiscal;
- Coordenar a manutenção do Plano de Contas Único, e assegurar o alinhamento às normas da Secretaria do Tesouro Nacional e às boas práticas da contabilidade aplicada ao setor público;
- Consolidar a escrituração e elaboração dos demonstrativos legais;
- Assessorar a gestão municipal nos processos de planejamento, monitoramento de resultados e tomada de decisões estratégicas;
- Apoiar à elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário que subsidiam a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a elaboração da Proposta Orçamentária Anual (LOA);
- Coordenar estudos técnicos de análise da arrecadação e do comportamento das despesas, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos.

## 5. RESULTADOS DA ATUAÇÃO

### 5.1. ARRECADAÇÃO MUNICÍPIO

O município de Sobral obteve uma receita total acumulada até novembro/2025 no montante de R\$ 1.286.472.448,48 (um bilhão, duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme quadro abaixo:



Tabela 11: Comparativo da Receita Total.

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO ATÉ 11/2024	ARRECADADO ATÉ 11/2025	Δ % 2025/2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 1.225.211.348,81</b>	<b>R\$ 1.312.222.809,81</b>	<b>7,10%</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONT. DE MELHORIA</b>	<b>R\$ 133.504.178,68</b>	<b>R\$ 142.650.860,68</b>	<b>6,85%</b>
IPTU	R\$ 40.148.850,94	R\$ 43.426.123,07	8,16%
ITBI	R\$ 5.311.042,23	R\$ 4.637.189,94	-12,69%
IRRF	R\$ 32.282.436,21	R\$ 35.524.285,23	10,04%
ISS	R\$ 45.007.436,60	R\$ 48.430.301,17	7,61%
TAXAS	R\$ 10.754.412,70	R\$ 10.632.961,27	-1,13%
<b>CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>			
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>R\$ 20.636.518,77</b>	<b>R\$ 18.914.554,11</b>	<b>-8,34%</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>R\$ 28.542.699,59</b>	<b>R\$ 18.135.405,17</b>	<b>-36,46%</b>
VALORES MOBILIÁRIOS	R\$ 16.169.536,55	R\$ 16.059.937,86	-0,68%
OUTROS	R\$ 12.373.163,04	R\$ 2.075.467,31	-83,23%
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>R\$ 73.413.931,50</b>	<b>R\$ 71.824.514,72</b>	<b>-2,17%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>			
<b>CORRENTES</b>	<b>R\$ 945.494.104,27</b>	<b>R\$ 1.048.368.202,89</b>	<b>10,88%</b>
Cota-Parte do FPM	R\$ 163.977.641,37	R\$ 174.690.572,88	6,53%
Cota-Parte do FPM Extra	R\$ 10.794.797,42	R\$ 15.430.680,15	42,95%
Cota-Parte do ICMS	R\$ 107.077.026,80	R\$ 114.981.414,22	7,38%
Cota-Parte do IPVA	R\$ 26.232.999,06	R\$ 27.770.349,63	5,86%
Cota-Parte do ITR	R\$ 22.999,87	R\$ 31.287,31	36,03%



ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO ATÉ 11/2024	ARRECADADO ATÉ 11/2025	Δ % 2025/2024
Transferências da LC 61/1989 (IPI)	R\$ 318.514,26	R\$ 253.282,30	-20,48%
Transferências do FUNDEB	R\$ 289.627.903,88	R\$ 354.941.742,19	22,55%
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS</b>			
<b>CORRENTES</b>	<b>R\$ 347.442.221,61</b>	<b>R\$ 360.268.874,21</b>	<b>3,69%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>			
<b>CORRENTES</b>	<b>R\$ 23.619.916,00</b>	<b>R\$ 12.329.272,24</b>	<b>-47,80%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 117.262.136,76</b>	<b>R\$ 24.577.230,47</b>	<b>-79,04%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 67.514.100,00	R\$ 11.258.575,04	-83,32%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 48.948.036,76	R\$ 13.318.655,43	-72,79%
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 800.000,00	R\$ -	-100,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>R\$ 59.526.023,51</b>	<b>R\$ 63.626.685,85</b>	<b>6,89%</b>
<b>RECEITAS INTRA- ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 13.299.094,05</b>	
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>R\$ 1.282.947.462,06</b>	<b>R\$ 1.286.472.448,48</b>	<b>0,27%</b>

Fontes: Balancete Analítico da Receita, atualizado em 31 de dezembro de 2025



### 5.1.1. ARRECADAÇÃO

As receitas próprias, compostas por IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas e Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), registraram um crescimento de 3,43% até novembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, totalizando R\$ 126.041.129,56 (cento e vinte e seis milhões, quarenta e um mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 12: Comparativo das Receitas Próprias.

RECEITAS PRÓPRIAS	ARRECADADO ATÉ 11/2024 (R\$)	ARRECADADO ATÉ 11/2024 (R\$)	Δ % 2025/2024
ISSQN	45.007.436,60	48.430.301,17	7,61%
IPTU	40.148.850,94	43.426.123,07	8,16%
ITBI	5.311.042,23	4.637.189,94	-12,69%
Taxas	10.754.412,70	10.632.961,27	-1,13%
Contribuições	20.636.518,77	18.914.554,11	-8,34%
<b>TOTAL</b>	<b>121.858.261,24</b>	<b>126.041.129,56</b>	<b>3,43%</b>

Fontes: Balanço Analítico da Receita, atualizado em 31 de dezembro de 2025

### 5.1.2. ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS

No que se refere às receitas de transferências, destacam-se os principais recursos monitorados pela SEFIN: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).



Esses recursos apresentaram um crescimento conjunto de 8,05% até novembro de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esse resultado é fruto do acompanhamento sistemático dos indicadores que servem de base para as transferências federais e estaduais, o qual se mostrou fundamental para o aumento das receitas, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 13: Comparativo das Receitas de Transferências.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	ARRECADADO ATÉ 11/2024 (R\$)	ARRECADADO ATÉ 11/2025 (R\$)	Δ % 2025/2024
FPM	174.772.438,79	190.121.253,03	8,78%
ICMS	107.077.026,80	114.981.414,22	7,38%
IPVA	26.232.999,06	27.770.349,63	5,86%
<b>TOTAL</b>	<b>308.082.464,65</b>	<b>332.873.016,88</b>	<b>8,05%</b>

Fontes: Balancete Analítico da Receita, atualizado em 31 de dezembro de 2025

### 5.1.3. ADMINISTRATIVO FINANCEIRA

#### Síntese da Execução Orçamentária e Financeira

##### 5.1.3.1. Orçamento autorizado, por fonte

Para o ano de 2025, a SEFIN teve o seu orçamento estabelecido pela LOA (Lei Orçamentária Anual) - Lei N° 2533, de 21 de novembro de 2024. A tabela abaixo mostra os valores iniciais e as alterações ocorridas durante o exercício, classificada por fonte de recurso.

##### Legenda da tabela:

- **(A)** -> Orçamento inicial, em R\$;
- **(B)** -> Créditos adicionais/suplementares autorizados, em R\$;
- **(C)** -> Anulações, em R\$;
- **(D) = (A + B - C)** -> Orçamento final, em R\$;



- **(E) = (D / A)** -> Comparação (Orçamento final/ Orçamento inicial), em %.

Tabela 14: Orçamento autorizado, por fonte de recurso.

<b>FONTE</b>	<b>(A) (R\$)</b>	<b>(B) (R\$)</b>	<b>(C) (R\$)</b>	<b>(D) (R\$)</b>	<b>(E) (%)</b>
Recurso Próprio	33.652.315,36	2.951.076,51	10.274.807,11	26.328.584,76	78,24
Recursos de Operação de Crédito	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00%
<b>Total Geral</b>	<b>33.677.315,36</b>	<b>2.951.076,51</b>	<b>10.299.807,11</b>	<b>26.328.584,76</b>	<b>78,18%</b>

Fonte: Sistema Gestor - 02/01/2025 a 31/12/2025, atualizado em 05 de janeiro de 2025

#### 5.1.3.2. Despesas empenhadas, por natureza de despesa

A seguir são informados os valores totais de empenhos realizados no exercício de 2025, por Natureza de Despesa, comparados com o orçamento.

#### Legenda da tabela:

- **(A)** -> Orçamento inicial, em R\$;
- **(B)** -> Créditos adicionais/suplementares autorizados, em R\$;
- **(C)** -> Anulações, em R\$;
- **(D) = (A + B - C)** -> Orçamento final, em R\$;
- **(E)** -> Empenhos, em R\$;
- **(F) = (E / D)** -> Comparação (Empenhos / Orçamento final), em %.

Tabela 15: Despesas empenhadas, por natureza de despesa.

<b>NATUREZA</b>	<b>(A) (R\$)</b>	<b>(B) (R\$)</b>	<b>(C) (R\$)</b>	<b>(D) (R\$)</b>	<b>(E) (R\$)</b>	<b>(F) (%)</b>
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%



<b>NATUREZA</b>	<b>(A) (R\$)</b>	<b>(B) (R\$)</b>	<b>(C) (R\$)</b>	<b>(D) (R\$)</b>	<b>(E) (R\$)</b>	<b>(F) (%)</b>
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.284.113,85	0,00	406.605,28	4.877.508,57	4.877.508,57	100%
31901300 - Obrigações Patronais	1.177.068,06	0,00	123.798,75	1.053.269,31	1.053.269,31	100%
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	35.000,00	0,00	7.299,03	27.700,97	27.700,97	100%
31909600 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	10.000,00	0,00	1.831,47	8.168,53	8.168,53	100%
32902100 - Juros sobre a Dívida por Contrato	3.538.677,01	2.015.000,00	76.732,10	5.476.944,91	5.476.944,91	100%
33901400 - Diárias - Civil	6.000,00	3.000,00	1.090,00	7.910,00	7.910,00	100%
33903000 - Material de Consumo	70.000,00	0,00	49.688,10	20.311,90	18.929,50	93%
33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
33903400 - Outras Despesas de	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0%



<b>NATUREZA</b>	<b>(A) (R\$)</b>	<b>(B) (R\$)</b>	<b>(C) (R\$)</b>	<b>(D) (R\$)</b>	<b>(E) (R\$)</b>	<b>(F) (%)</b>
Pessoal decorrentes de Contratos de Terce						
33903500 - Serviços de Consultoria	10.000,00	448.000,00	30.973,80	427.026,20	427.026,20	100%
33903601 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	500,00	40.000,00	8.500,00	32.000,00	32.000,00	100%
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
33903604 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
33903605 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	94.380,00	0,00	5.140,53	89.239,47	89.239,47	100%
33903606 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	36.211,90	0,00	36.211,90	0,00	0,00	0%
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.086.539,50	0,00	543.000,00	543.539,50	524.857,27	97%



<b>NATUREZA</b>	<b>(A) (R\$)</b>	<b>(B) (R\$)</b>	<b>(C) (R\$)</b>	<b>(D) (R\$)</b>	<b>(E) (R\$)</b>	<b>(F) (%)</b>
33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	556.647,00	415,07	0,00	557.062,07	557.062,07	100%
33904700 - Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000.000,00	0,00	21.600,00	5.978.400,00	5.978.400,00	100%
33909100 - Sentenças Judiciais	500.000,00	400.000,00	0,00	900.000,00	875.129,51	97%
33909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	820,07	4.179,93	4.179,93	100%
33909300 - Indenizações e Restituições	150.000,00	0,00	113.522,39	36.477,61	35.944,57	99%
33913900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
44905100 - Obras e Instalações	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0%
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	57.129,99	0,00	57.129,99	0,00	0,00	0%
46907100 - Principal da Dívida	5.401.893,89	0,00	2.199.281,85	3.202.612,04	3.202.612,04	100%



NATUREZA	(A) (R\$)	(B) (R\$)	(C) (R\$)	(D) (R\$)	(E) (R\$)	(F) (%)
Contratual Resgatado						
46909100 - Sentenças Judiciais	9.653.654,16	44.661,44	6.612.081,85	3.086.233,75	3.065.226,50	99%
<b>Total</b>	<b>33.677.315,36</b>	<b>2.951.076,51</b>	<b>10.299.807,11</b>	<b>26.328.584,76</b>	<b>26.262.109,35</b>	<b>99,75%</b>

Fonte: Sistema Gestor - 02/01/2025 a 31/12/2025, atualizado em 05 de janeiro de 2025

#### 5.1.3.3. *Demonstrativos do fluxo financeiro de projetos e programas financiados com recursos externos*

No exercício de 2025, a SEFIN não recebeu recursos externos originados de financiamentos.

#### 5.1.3.4. *Convênios, ajustes, acordos, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres*

Durante o exercício financeiro de 2025, a SEFIN firmou o Convênio nº 13/2025-SEFIN/SEFAZ com a Secretaria da Fazenda do Ceará, cujo objeto é estabelecer uma relação de cooperação mútua para o controle, fiscalização e intercâmbio de informações voltadas à cobrança de tributos, em especial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis por Ato Inter Vivos (ITBI), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços (ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), da Dívida Ativa e das Taxas de ambos os Entes, bem como, a união de esforços no sentido de promover a atualização técnica dos servidores, e de medidas que visem a repressão das fraudes contra os Fiscos envolvidos, entre outras finalidades indicadas.



#### 5.1.3.5. Licitações

Durante o exercício financeiro de 2025, a SEFIN realizou as seguintes modalidades de licitação:

Tabela 16: Quantidades e valores de licitações, por modalidade.

MODALIDADE	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)
Dispensa	3	7.111,51
Inexigibilidade*	4*	504.281,04
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>511.392,55</b>

Fonte: Sistema de Compras da Prefeitura de Sobral – 02/01/2025 a 31/12/2025, atualizado em 05 de janeiro de 2025

\*Inexigibilidade: em 2025 foi realizada a Inexigibilidade IN25002-SEFIN, que tratou de processo sem ônus financeiro ao Município, de objeto “Contratação de empresa para execução de serviços especializados em propositura e acompanhamento de ação judicial visando recuperar valores referentes à IRRF, recomposição de repasses referentes ao FPM e recuperação de créditos do SUS não repassados ao município de Sobral”.

#### 5.1.3.6. Demonstrativo das despesas

As despesas realizadas pela SEFIN no exercício de 2025 (empenhadas), divididas nas categorias de custeio, investimentos e despesas finalísticas, foram:

Tabela 17: Demonstrativo de despesas, por categoria.

CATEGORIA	VALOR EMPENHADO (R\$)	REPRESENTATIVIDADE (%)
Custeio	6.876.154,71	26,18%
Investimentos	-	0,00%
Finalístico	19.385.954,64	73,82%
<b>Total Geral</b>	<b>26.262.109,35</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Gestor – 02/01/2025 a 31/12/2025, atualizado em 05 de janeiro de 2025

#### 5.1.3.7. Despesas de custeio

O detalhamento das despesas de custeio pode ser acompanhado abaixo.

Tabela 18: Despesas de custeio, por categoria.

CATEGORIA	VALOR (R\$)	REPRESENTATIVIDADE (%)
Folha de Pagamento e Encargos Patronais	5.966.647,38	86,77%
Serviços de Consultoria	427.026,20	6,21%



CATEGORIA	VALOR (R\$)	REPRESENTATIVIDADE (%)
Tarifas Bancárias	237.105,12	3,45%
Locação de Imóvel	90.465,13	1,32%
Apoio a Gestão Municipal	85.956,00	1,25%
Material de Consumo	18.929,50	0,28%
Locação de Impressoras	17.880,00	0,26%
Outros *	9.483,61	0,14%
Eletricidade	8.895,57	0,13%
Diárias	7.910,00	0,12%
Capacitação	3.400,00	0,05%
Serviços de Postagens	1.516,20	0,02%
Emissão de Certificados Digitais	940,00	0,01%
<b>Total Geral</b>	<b>6.876.154,71</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema Gestor - 02/01/2025 a 31/12/2025, atualizado em 05 de janeiro de 2025

\*Outros: Incluem-se nessa categoria despesas com licenças na plataforma da Google Play e Apple Store, manutenção de ar-condicionado e taxa/multa ambiental.

#### 5.1.3.8. Demonstrativo do patrimônio

A situação do patrimônio distribuído entre bens imóveis e bens móveis (equipamentos e material permanente) estão quantificados nos próximos itens.

#### 5.1.3.9. Bens imóveis

Em dezembro de 2025, a SEFIN tinha a seguinte situação de bens imóveis, classificados por situação possível do bem:

Tabela 19: Quantidade de bens imóveis, por situação.

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Próprios	0	Não aplicável
Cedidos pela Secretaria para uso de terceiros	0	Não aplicável
Cedidos de terceiros para uso da Secretaria	0	Não aplicável
Bens da Secretaria alugados para terceiros	0	Não aplicável
Bens de terceiros alugados para a Secretaria	3	12.915,43/mês
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>12.915,43/mês</b>

Fonte: Coordenadoria Administrativo-Financeiro/SEFIN, atualizado em 05 de janeiro de 2025



#### 5.1.3.10. Bens móveis (equipamentos e material permanente)

No mês de fevereiro do ano de 2025 a **SEFIN** realizou uma auditoria de controle preventivo para verificação, validação e atualização do Sistema de Patrimônio da PMS, de forma a incluir os bens que ainda não estavam cadastrados e pautados pelos documentos de Termos de Responsabilidade submetidos a Coordenação de Gestão dos Serviços Corporativos e Administração Patrimonial da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Tabela 20: Quantidade de bens móveis, por setor.

SETOR (NOME QUE CONSTA NA PLANILHA)	SETOR (NOME ATUAL)	RESPONSÁVEL PELA VISTORIA	PRESENTES	AUSENTES	A INCLUIR	TOTAL
701 - COORDENAÇÃO FINANCEIRA - COORDENADORA	701 - COORDENAÇÃO FINANCEIRA - COORDENADORA	Rômulo Guimarães	18	15	2	20
69 - ALMOXARIFADO SEFIN	69 - ALMOXARIFADO SEFIN	Haviloweider Lopes	8	6	6	14
853 - COORD. ADM. FINANCEIRA - CÉLULA ACOMP. CONTRATOS EXECUÇÃO FINANCEIRA - GERENTE	853 - COORD. ADM. FINANCEIRA - CÉLULA ACOMP. CONTRATOS EXECUÇÃO FINANCEIRA - GERENTE	Igor Araújo	6	1	0	6
993 - ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICOS TRIBUTÁRIOS	993 - ASSESSORIA DE ANÁLISE DE DADOS ECONÔMICOS TRIBUTÁRIOS	Irenilce Mota	18	8	4	22
703 - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	703 - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	Rafael Pinheiro	116	3	0	116



SETOR (NOME QUE CONSTA NA PLANILHA)	SETOR (NOME ATUAL)	RESPONSÁVEL PELA VISTORIA	PRESENTES	AUSENTES	A INCLUIR	TOTAL
850 - CÉLULA DE ANÁLISE CONTÁBIL - GERENTE	850 - CÉLULA DE ANÁLISE CONTÁBIL - GERENTE	Rafael Pinheiro	6	0	0	6
847 - CÉLULA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL - GERENTE	847 - CÉLULA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL - GERENTE	João Roriz	45	0	0	45
715 - COORDENADORIA JURÍDICA - COORDENADOR	715 - COORDENADORIA JURÍDICA - COORDENADOR	Talyssandro Rodrigues	8	0	2	10
851 - COORDENADORIA JURÍDICA - CÉLULA DE ACOMP. DE PROCESSOS - GERENTE	851 - COORDENADORIA JURÍDICA - CÉLULA DE ACOMP. DE PROCESSOS - GERENTE	Sendy Portela	5	0	0	5
842 - CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - GERENTE	842 - CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - GERENTE	Talyssandro Rodrigues	4	2	0	4
708 - SECRETARIA EXECUTIVA	708 - SECRETARIA EXECUTIVA	Benedito Andrade	1	0	0	1
707 - GABINETE DA SECRETARIA	707 - GABINETE DA SECRETARIA	Benedito Andrade	26	11	9	35
858 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE ATENDIMENTO E COBRANÇA - GERENTE	858 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE ATENDIMENTO E COBRANÇA - GERENTE	Cristianne Lima	76	6	4	80



SETOR (NOME QUE CONSTA NA PLANILHA)	SETOR (NOME ATUAL)	RESPONSÁVEL PELA VISTORIA	PRESENTES	AUSENTES	A INCLUIR	TOTAL
860 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - GERENTE	860 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - GERENTE	Samuel Coelho	46	0	0	46
913 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DO CADASTRO IMOBILIÁRIO - GERÊNCIA	913 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DO CADASTRO IMOBILIÁRIO - GERÊNCIA	Sciena Sérvia	50	2	0	50
859 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - COORDENADOR	859 - COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - COORDENADOR	Adelaine de Araújo	23	0	102	125
852 - COORD. DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE FISCALIZAÇÃO - GERENTE	852 - COORD. DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE FISCALIZAÇÃO - GERENTE	Samuel Coelho	7	1	0	7
854 - COORD. DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE CADASTRO IMOBILIÁRIO - ASSISTENTE TÉCNICO - I	854 - COORD. DE ARRECADAÇÃO - CÉLULA DE CADASTRO IMOBILIÁRIO - ASSISTENTE TÉCNICO - I	Sciena Sérvia	3	0	0	3
699 - SALA DO TESOUREIRO	699 - SALA DO TESOUREIRO	Ariane Aguiar	18	2	3	21
844 - CÉLULA DE CONTA A PAGAR - GERENTE	844 - CÉLULA DE CONTA A PAGAR - GERENTE	Ariane Aguiar	26	1	1	27



SETOR (NOME QUE CONSTA NA PLANILHA)	SETOR (NOME ATUAL)	RESPONSÁVEL PELA VISTORIA	PRESENTES	AUSENTES	A INCLUIR	TOTAL
846 - CÉLULA DE GESTÃO DE PROCESSOS - GERENTE	846 - CÉLULA DE GESTÃO DE PROCESSOS - GERENTE	Ariane Aguiar	4	2	1	5
700 - TESOURARIA	700 - TESOURARIA	Ariane Aguiar	2	0	0	2
682 - RECEPÇÃO TESOURARIA	682 - RECEPÇÃO TESOURARIA	Ariane Aguiar	11	4	2	13
Total de bens da Secretaria das Finanças						663

Fonte: Relatório de Inventário Patrimonial 2025.1, atualizado em 28 de fevereiro de 2025

#### 5.1.3.11. Frota

A SEFIN não possui veículos sob sua responsabilidade, utilizando-se dos sistemas de transportes contratados pelo município para compartilhamento.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a missão, a visão e os valores da SEFIN, e em estrita observância aos instrumentos de planejamento governamental, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e às demais legislações aplicáveis, as ações desta Secretaria foram estruturadas a partir de um modelo de gestão orientado a resultados. Nesse contexto, priorizaram-se a qualificação contínua do atendimento ao contribuinte, o acompanhamento técnico e sistemático da execução orçamentária, financeira e fiscal, e a racionalização dos processos internos, com vistas ao fortalecimento da legalidade, da eficiência, da transparência e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos, aliadas à



valorização institucional dos servidores e ao incentivo à participação técnica nos processos decisórios.

Nesse percurso, avançamos rumo a uma gestão cada vez mais eficiente, comprometida com o fortalecimento da arrecadação própria, a maximização das transferências e, sobretudo, com a entrega de serviços públicos de qualidade, capazes de gerar confiança e satisfação nos contribuintes. Cada meta alcançada reflete não apenas números, mas o empenho coletivo, a dedicação e o senso de responsabilidade de uma equipe comprometida com o bem público.

Os resultados obtidos são, essencialmente, fruto do trabalho em equipe. Desde o planejamento até a execução das ações, os servidores foram protagonistas, contribuindo com ideias, soluções e dedicação diária. Acreditamos em uma gestão que se fortalece na colaboração, no qual o diálogo, o comprometimento e o senso de pertencimento são pilares para transformar sonhos em realidades.

Assim, expresso nossa sincera gratidão ao Prefeito Oscar Rodrigues, pela confiança em nós depositada; à equipe da SEFIN, pelo profissionalismo, compromisso e excelência demonstrados ao longo da gestão; aos colegas secretários e seus servidores, cuja colaboração direta e indireta foi fundamental para os resultados alcançados. Cada avanço registrado carrega a marca do esforço coletivo e do trabalho realizado com responsabilidade, união e propósito.

Gratidão a todos que fizeram parte desta caminhada e contribuíram para a construção de uma gestão mais humana, eficiente e comprometida com o interesse público.

**Ingrid Soraya de Oliveira Sá**  
Secretaria das Finanças

Relatório de Gestão 2025 – SEFIN | 46